

AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA - ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Agroecological urban agriculture - strategy for health promotion and food and nutrition security

Descrição ou avaliação de
experiências, métodos, técnicas,
procedimentos e instrumentais

RESUMO

Objetivo: Realizar uma reflexão acerca da agricultura urbana agroecológica articulada aos movimentos de promoção da saúde e de segurança alimentar e nutricional, com a participação das comunidades locais. **Síntese dos dados:** Pesquisa documental realizada por meio da leitura e análise de relatório, de registros de atividades de campo, de depoimentos de participantes e entrevista realizada com a coordenação do projeto. Percebeu-se a contribuição da agricultura urbana agroecológica no protagonismo comunitário, na participação popular e no desenvolvimento da consciência alimentar e ambiental dos atores sociais envolvidos. **Conclusões:** Foram identificados aspectos relevantes e em consonância com os princípios e campos de atuação da Promoção da Saúde, em especial, o fortalecimento da intersetorialidade, o empoderamento local, o protagonismo individual e coletivo, a criação de ambientes saudáveis e a mobilização comunitária.

Descritores: Agricultura Urbana; Agroecologia; Educação; Promoção da Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

Objective: To raise considerations about the agroecological urban agriculture, in articulation with movements for promotion of health and food and nutrition security, with participation of local communities. **Data synthesis:** Documental research carried out through the reading and analysis of report, field activities' records, participants' testimonies and interview performed with the project coordinator. The contribution of agroecological urban agriculture was perceivable in regard to the community protagonism, popular participation, and the rising of feeding and environmental awareness among social actors. **Conclusion:** Relevant aspects in consonance with the principles and fields of action of Health Promotion were identified, especially the strengthening of intersectorial actions, the local community empowerment, individual and collective protagonism, creation of health-friendly environments and community mobilization.

Descriptors: Urban Agriculture; Sustainable Agriculture; Education; Health Promotion; Food Security.

Silvana Maria Ribeiro⁽¹⁾
Elaine de Azevedo⁽¹⁾
Maria Cecília Focesi Pelicioni⁽¹⁾
Cláudia Maria Bógus⁽¹⁾
Isabel Maria Teixeira Bicudo
Pereira⁽¹⁾

1) Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo - USP - São
Paulo (SP) - Brasil

Recebido em: 07/06/2011

Revisado em: 13/09/2011

Aceito em: 04/10/2011

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a agricultura urbana insere-se nos desafios contemporâneos relacionados à expansão do processo de urbanização em escala global e ao acesso dos alimentos pelas populações, como garante o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Apesar de essa prática ser muito antiga, ela vem surgindo como tema de interesse público há poucas décadas e atualmente representa políticas públicas em diversos países como Peru, Colômbia, Argentina, Brasil, Cuba, Equador e países da África e Ásia, entre outros⁽¹⁾.

É possível produzir alimentos dentro do perímetro urbano e periurbano por meio de métodos intensivos, levando-se em conta a inter-relação ser humano – cultivo – animal – meio ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística propiciando, desta forma, a estabilidade da força de trabalho, a produção diversificada de cultivos e a criação de pequenos animais durante todo o ano. De acordo com o Grupo Nacional de Agricultura Urbana – GNAU, que dirige o movimento de agricultura urbana em Cuba, este processo baseia-se em práticas sustentáveis que permitem ainda a reciclagem dos resíduos⁽¹⁾.

O planejamento territorial e a gestão urbana também podem ser pensados a partir dos benefícios e serviços que a agricultura urbana oferece. Entre esses benefícios ambientais estão, além da gestão de resíduos urbanos (sólidos e orgânicos), o reforestamento das cidades, o aumento da permeabilidade do solo e das áreas verdes, a limpeza dos terrenos baldios, o uso adequado para áreas de risco, entre outros⁽¹⁾.

A partir da década de 1960, no Brasil, ocorreu uma forte influência do sistema econômico sobre o sistema agroalimentar que ficou conhecido como “Revolução Verde”. Este processo estimulou a utilização de sementes híbridas selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, drogas veterinárias e maquinário pesado na agricultura. Isso representou um aumento relativo da produção alimentar, não solucionou, entretanto, efetivamente o problema da fome, além de trazer efeitos negativos à saúde humana e ambiental⁽²⁾.

O aumento da produtividade de alimentos dentro do padrão moderno de agricultura levou a um crescimento embasado na exclusão social⁽³⁾. Para reverter os impactos econômicos e ambientais da agricultura convencional nas décadas de 1970 e 1980 teve início no país uma importante mobilização de técnicos, agricultores e de lideranças do campo em favor de uma agricultura que não fosse dependente do uso de insumos químicos e das tecnologias empregadas até então. Esta nova proposta ficou conhecida como agricultura ecológica ou agroecologia⁽²⁾.

A agroecologia é um novo campo de estudo que analisa os agroecossistemas, integrando conhecimentos de

agronomia, ecologia, economia, sociologia, entre outros⁽⁴⁾. Mais do que tratar do manejo ecologicamente responsável dos recursos, a agroecologia constitui-se em um campo do conhecimento científico que estuda a atividade agrária, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica⁽⁵⁾.

A agroecologia é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, com foco no empoderamento do agricultor⁽⁶⁾. Ela é percebida como uma ciência em construção com características transdisciplinares, integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando o conhecimento tradicional, validado por meio de metodologias científicas⁽¹⁾.

Por seu caráter interdisciplinar, as diretrizes da agroecologia dialogam com a proposta da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis⁽⁷⁾. Esse direito só poderá ser viabilizado se houver garantia de que os alimentos serão produzidos em sistemas agrícolas sustentáveis.

Com relação às questões de cunho social, a agricultura urbana agroecológica tem se desenvolvido pela própria demanda das populações urbanas e periurbanas desempregadas ou com tempo disponível para a prática dessa atividade. No caso do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) transformou a agricultura urbana numa política pública federal por meio da criação da Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana (CGAAU), que está inserida no Departamento de Promoção a Sistemas Descentralizados (DPSD) da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN⁽⁸⁾.

A atuação intersetorial da agricultura urbana agroecológica pode ser considerada uma ferramenta de promoção da saúde. Na Carta de Ottawa⁽⁹⁾, a Promoção da Saúde é definida como *um processo que confere ao povo os meios para assegurar um maior controle e melhoria de sua própria saúde, não se limitando a ações de responsabilidade do setor da saúde*.

Apesar das diretrizes da Promoção da Saúde já fazerem parte de muitas das políticas de saúde de diferentes países, as amplas repercussões do sistema agroalimentar dominante não ganharam a devida importância na área da saúde⁽³⁾. Tem sido pouco estudada a relação entre saúde e sistema agroalimentar para além das pesquisas sobre agrotóxicos⁽¹⁰⁾.

Mesmo com o fortalecimento dos movimentos da Reforma Sanitária Brasileira, na década de 1970, e da

Promoção da Saúde, na década de 1980, que resgataram a essencialidade dos diferentes determinantes e condicionantes do processo saúde-doença, as repercussões socioambientais do padrão produtivo dominante não ganharam a devida importância na área da saúde⁽¹⁰⁾.

Isso se torna mais instigante se pensarmos que o Brasil ainda é um país com perfil fortemente agrícola, que grande parte da população urbana ainda permanece com vínculos com o meio rural, especialmente aquela mais vulnerável socialmente, e foco de diferentes programas na área da Saúde Pública, e que as intervenções desta área têm demonstrado, essencialmente, encontrar soluções para muitas mazelas urbanas que se originaram no meio rural⁽¹⁰⁾.

O sistema agroalimentar vem se constituindo em um dos maiores fatores de desequilíbrio ambiental, e a discussão que permeia a saúde e o meio ambiente deve considerar esse fato, ampliando as discussões relacionadas ao uso funcional de agrotóxicos⁽¹⁰⁾. Revisão de estudos⁽¹¹⁾ sinaliza riscos de agrotóxicos sobre a saúde humana, na forma de alguns tipos de câncer, como os de mama, testículos, próstata e ovário; infertilidade e má formação congênita. Outras repercussões incluem sintomas respiratórios⁽¹²⁾, Mal de Parkinson^(13,14) e depressão⁽¹⁵⁾.

No caso do Brasil, o avanço da agricultura de base química, aliado à falta de reforma agrária, à insuficiência de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e à ausência histórica dos demais serviços públicos no campo vem contribuindo para a manutenção da pobreza rural⁽¹⁶⁾. Tratam-se, portanto, de questões de extrema gravidade, que interferem diretamente na saúde e qualidade de vida da população.

A promoção da saúde depende da divulgação de informações corretas de seus princípios e valores definidos nas diferentes conferências internacionais sobre o tema, conforme apresentado a seguir.

A Organização Mundial da Saúde – OMS⁽⁹⁾ passou a caracterizar como iniciativas de promoção de saúde os programas e as atividades planejadas e executadas de acordo com os seguintes princípios: (a) *concepção holística*, que fomenta a saúde física, mental, social e espiritual⁽¹⁷⁾; (b) *intersectorialidade*, entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, na realização e na avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, com vistas ao desenvolvimento e inclusão social⁽¹⁸⁾; (c) *participação social*, que pressupõe formas de participação direta dos cidadãos no planejamento, execução e avaliação dos projetos, visando à equidade e a sustentabilidade; (d) *equidade*, que consiste em “eliminar as diferenças desnecessárias, evitáveis e injustas que restringem as oportunidades para se atingir o direito de bem-estar”⁽¹⁹⁾; (e) *sustentabilidade*, que visa à criação de iniciativas que estejam de acordo com o princípio do

desenvolvimento sustentável e garantia de um processo duradouro e forte⁽²⁰⁾.

Algumas tentativas locais têm sido realizadas concretamente, buscando a melhoria da situação apresentada anteriormente, que demonstra claramente os impactos do sistema agroalimentar moderno sobre a saúde humana e o ambiente. Entre essas, destaca-se a experiência de agricultura urbana agroecológica desenvolvida na cidade de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo, por meio do Projeto Colhendo Sustentabilidade (PCS), que tem como objetivo geral a promoção e inserção socioeconômica, o combate à fome, a segurança alimentar e nutricional, a educação socioambiental, o resgate do saber popular, a geração de trabalho e renda, e a economia solidária, com ênfase na produção orgânica/agroecológica. Apoiado num processo educativo de caráter participativo, cooperativo e comunitário, o projeto possibilita a subsistência das famílias envolvidas e a comercialização da produção excedente.

No PCS objetivou-se, de modo mais específico: a) *sensibilizar e mobilizar* as famílias por meio de processos multifatoriais de diagnóstico e planejamento estratégico para a ação em agricultura urbana; b) *capacitar* as famílias beneficiadas pelo projeto, através da difusão de técnicas de produção agroecológica para hortaliças, lavoura, ervas medicinais, árvores frutíferas e perenes; princípios de segurança alimentar e nutricional e a importância da agricultura urbana para sua promoção, práticas de aproveitamento integral dos alimentos, princípios e práticas de economia solidária, autogestão da produção, educação socioambiental; c) *implantar* sistemas produtivos agroecológicos adaptados à realidade local.

O PCS iniciou suas atividades em 2008, no município de Embu das Artes – SP, com financiamento do MDS, por meio do Edital SESAN nº 01/2007, referente ao programa Fome Zero e gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Estância Turística de Embu das Artes, com execução técnica da OSCIP – Sociedade Ecológica Amigos de Embu das Artes (SEAE).

Neste artigo, buscou-se fazer uma reflexão acerca desta prática articulada aos movimentos de promoção da saúde e de segurança alimentar e nutricional, com a participação das comunidades locais.

SÍNTESE DOS DADOS

MÉTODOS

Por meio de pesquisa documental foram analisados, o Relatório Final do projeto, elaborado pela equipe técnica contratada pela Prefeitura de Embu e enviado ao Ministério do Desenvolvimento Social em fevereiro de 2010, registros de atividades de campo e depoimentos de participantes

coletados pelos técnicos durante o período compreendido entre novembro de 2008 e dezembro de 2010, além de entrevista realizada com a coordenação do projeto.

A análise documental equivale a um processo de garimpagem em que os documentos são selecionados, estudados e interpretados, juntamente com as demais informações obtidas.

A análise de documentos caracterizou-se como instrumento principal para a concretização do estudo.

O documento representa uma interpretação de fatos reais elaborada por seu autor e, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objetiva e neutra dos fatos. Por outro lado, o valor heurístico e a significação do documento dependem também da acuidade da leitura e do esforço interpretativo do pesquisador. Este deve saber extrair, de uma fonte de informações, algum conhecimento útil para a compreensão de um aspecto da história humana, sob o ângulo que corresponde ao seu objeto de interesse. É esse interesse que move e orienta continuamente o pesquisador na busca de documentos⁽²¹⁾.

A entrevista⁽²²⁾ “é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo e é acima de tudo uma conversa a dois, de iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes, tendo em vista este objetivo”. Quando analisada, a entrevista precisa incorporar o contexto de sua produção e, sempre que possível, ser acompanhada e complementada por informações provenientes de observação participante e demais técnicas utilizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto PCS, na primeira fase, ultrapassou as suas metas iniciais, tendo capacitado 840 pessoas e implantado três sistemas produtivos agroecológicos: um no Parque do Lago Francisco Rizzo, na região central, e dois no bairro de Itatuba, localizados na área de proteção ambiental “APA Embu Verde”, com a criação de hortas, lavouras e sistemas agroflorestais (SAF), todos nos moldes comunitários.

De acordo com o coordenador, junto às comunidades em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar têm sido desenvolvidas atividades teóricas e práticas, com ênfase na produção, comercialização e educação socioambiental. Entre os temas abordados pode-se citar: saúde e meio ambiente; agroecologia, agricultura orgânica e permacultura; soberania e segurança alimentar; cooperativismo, associativismo e economia solidária; educação popular e socioambiental, sob a forma de cursos, palestras, oficinas, seminários, encontros temáticos nas áreas correlatas.

Tem participado desses encontros cerca de 240 (duzentos e quarenta) famílias beneficiárias ou não de outros programas sociais, além daquelas pessoas que se interessam pelas temáticas abordadas no projeto.

A intersetorialidade esteve presente em todo o processo. As ações contam com a parceria de organizações da sociedade civil e do poder público municipal, representados pelas Secretarias de Meio Ambiente, Educação, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Participação Cidadã e Assistência Social.

Entre os beneficiados pelo projeto estão funcionários e usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Centro de Atendimento Psicossocial, Álcool e Drogas (CAPS-AD); pessoas ligadas ao Centro de Referência da Mulher; funcionários, educadores e alunos da Rede Pública de Ensino; pessoas assistidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); creches ligadas à Prefeitura e beneficiários de programas sociais como Bolsa Família, Renda Cidadã, Banco de Alimentos, entre outros.

De acordo com informações obtidas por meio da entrevista realizada com o coordenador, em fevereiro de 2010, o projeto entrou em sua segunda fase com a parceria entre a Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, via Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a SEAE, ampliando suas ações para um total de 13 (treze) hortas comunitárias implantadas em diversos bairros do município.

Com relação ao protagonismo social, a participação popular e mobilização comunitária promovidos pela agricultura urbana foi evidenciado o surgimento de oportunidades para alguns integrantes atuarem como multiplicadores e disseminadores dos conhecimentos e práticas em diversos espaços da cidade, como escolas, associações, unidades básicas de saúde, chácaras e sítios, em decorrência da participação no projeto.

A participação em trabalhos comunitários com foco na agricultura urbana e a criação de empreendimentos solidários merecem destaque, como é o caso do grupo **Elo da Terra**, empreendimento solidário formado a partir da primeira fase e que, atualmente, comercializa produtos agroecológicos (hortaliças e legumes) em eventos, feiras, exposições, além de possuir uma banca fixa todas as quartas-feiras, no Parque do Lago Francisco Rizzo, no centro da cidade.

A população de estudo é estimulada a integrar diversos movimentos no Município, tais como: reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, Semana Mundial da Alimentação, Conferências Municipais, o que contribui para que os participantes tenham certo reconhecimento e visibilidade na cidade.

Assim, as atividades de agricultura urbana demonstram potencial para promover a participação social dos atores sociais envolvidos.

Participação social é considerada como um processo mediante o qual as diferentes classes sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto de bens e serviços de uma determinada sociedade⁽²³⁾. A participação⁽²⁴⁾ também é considerada como um processo relacional que opera no campo da construção de identidades, uma vez que promove a reflexividade da ação social. Os atores coletivos são criados no curso das atividades, bem como a identidade coletiva é construída e negociada por uma ativação de relacionamentos sociais que conectam os membros de um grupo ou movimento.

Na análise realizada nos registros de campo e nos depoimentos coletados verificamos o desenvolvimento da consciência ambiental, alterações nos hábitos alimentares, bem como um desejo coletivo de contribuir para a preservação da natureza, estendendo as práticas ecológicas utilizadas no PCS também para as residências e comunidades dos atores envolvidos.

Os resíduos orgânicos do Banco de Alimentos, que anteriormente eram destinados para o aterro sanitário, atualmente transformam-se em adubo orgânico. Os resíduos sólidos (pneu, madeira, entulho, entre outros) são utilizados na infraestrutura das hortas, trazendo impactos positivos ao meio ambiente.

De acordo com os registros de campo observou-se que durante os encontros do grupo tem havido a troca de receitas culinárias mais saudáveis e informações sobre plantas medicinais e aromáticas.

No que tange à mudança de hábitos alimentares, alguns depoimentos analisados demonstraram que as pessoas compreenderam a importância de adotar uma alimentação mais natural e balanceada, introduzindo mais frutas, legumes e verduras em suas dietas diárias, além de novas espécies comestíveis como a capiçoba, cariru, serralha, taioba, identificadas pelos próprios participantes.

Ocorreram também mudanças relacionadas ao consumo. As pessoas perceberam que, ao levar o alimento produzido nas hortas para suas residências, reduziam suas idas ao supermercado e diminuía o consumo de alimentos industrializados.

Além dos resultados citados anteriormente, destacam-se, ainda: o financiamento com recursos próprios do poder público municipal para continuidade e expansão das ações na segunda fase; a inclusão do PCS na Rede de Agroecologia do Projeto Guarapiranga Sustentável da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA); a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no município de Embu das Artes, por meio da parceria com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ocorreram também transformações de caráter psicossocial com alguns participantes, como avanços nos

tratamentos de pacientes com problemas de depressão, fobia social ou dependência química, tornando-se mais proativos e inseridos socialmente, e menos tímidos.

Além disso, houve a publicação da Cartilha “Agricultura Urbana na Prática” direcionada aos participantes e à população em geral.

As contribuições da agricultura urbana agroecológica para a promoção da saúde

A agricultura urbana de Embu tem sido utilizada como estratégia educativa, envolvendo questões socioambientais, contribuindo para a integração do indivíduo ao meio ambiente e desempenhando um importante papel no processo de sensibilização das comunidades, uma vez que (re)coloca os envolvidos em contato direto com a terra e, a partir deste contato, os atores se (re)conectam e refletem sobre todos os aspectos relacionados com a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

Na agricultura urbana agroecológica a utilização de práticas de educação popular contribui para que se estabeleça um processo dialógico, valorizando as dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais. Ser dialógico⁽²⁵⁾ não é dizer-se descomprometidamente dialógico, é, sobretudo, vivenciar o diálogo, é empenhar-se na transformação constante da realidade. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.

O amor é um fundamento do diálogo e, como tal, também é diálogo. A existência do diálogo, porém, não ocorre sem o ato de humildade⁽²⁶⁾. Este é um dos aspectos centrais que a educação popular traz como referencial para a agroecologia, a posição de humildade dos cientistas e técnicos perante os agricultores e seus saberes, para que se possa alcançar um diálogo verdadeiro entre ambos.

Entende-se a educação popular como um projeto de educação com as classes populares, em que os processos de ensino-aprendizagem ocorrem no cerne das contradições e lutas políticas para a realização de uma educação comprometida com mudanças efetivas e transformadoras nas relações de poder que perpetuam a existência do capitalismo como forma de reprodução da vida. Uma educação libertadora, que promova nas relações entre educadores e educandos a possibilidade de emancipação enquanto sujeitos da história⁽²⁷⁾.

A educação popular, associada ou não a uma capacitação profissional, seja no meio rural ou urbano, deve ter um objetivo fundamental, a problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitando que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão envolvidos⁽²⁵⁾.

A partir de algumas das Conferências Internacionais de Promoção da Saúde desenvolveu-se um interesse cada vez maior sobre as questões socioambientais face à atual situação de degradação do meio ambiente global e, conseqüentemente, da qualidade de vida humana por ele afetado.

A Conferência de Sundsvall, na Suécia, em 1991, conclamou a todos os povos, nas diferentes partes do globo, a se engajarem ativamente na promoção de ambientes mais favoráveis à saúde. Ao examinar conjuntamente a situação atual da saúde e do meio ambiente, essa conferência mostrou a situação de milhões de pessoas que têm vivido em extrema pobreza e privação, em um ambiente altamente degradado o que ameaça cada vez mais a saúde⁽²⁸⁾.

A recente Conferência de Educação e Promoção da Saúde, que ocorreu em Genebra, na Suíça, em 2010, destacou como prioridade a necessidade de realizar ações conjuntas de promoção da saúde e de desenvolvimento social face à dinâmica do mundo globalizado, em termos de modernização e urbanização⁽²⁹⁾.

Firmou-se, nesse evento, o compromisso de criar uma ponte entre a promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de três estratégias: apresentar e debater conhecimentos recentes e temas transversais para a promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável; identificar e discutir as melhores práticas de promoção da saúde, com ênfase na sustentabilidade; estabelecer alianças e parcerias para promover políticas e práticas sólidas que tenham repercussões positivas na saúde das pessoas, das sociedades e do planeta⁽²⁹⁾.

A criação de ambientes mais saudáveis envolve a proteção e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, bem como o acompanhamento sistemático do impacto que as mudanças no meio ambiente produzem sobre a saúde. Isso se estende também para as conquistas de ambientes que facilitem e favoreçam a saúde, como é o caso de espaços onde são praticadas as atividades de agricultura urbana⁽³⁰⁾.

Acredita-se que a agricultura urbana só pode ser considerada como promotora da saúde se praticada à luz da agroecologia, pois essa propõe uma interação harmônica com os recursos naturais, minimiza as agressões ao meio ambiente e considera todos os seres presentes na natureza como aliados, utilizando indicadores biológicos para analisar suas práticas na busca por melhor qualidade de vida. Ao minimizar os impactos sobre a saúde humana, a agroecologia oferece a possibilidade de se obter uma vida mais saudável⁽³⁰⁾.

A capacitação das comunidades por meio da agricultura urbana e da agroecologia fomenta a participação popular e estimula o acesso contínuo à informação e aprendizagem em

torno de questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente. As práticas agroecológicas, ao levar em consideração as dimensões: social, política, econômica, cultural e ambiental, possibilitando a construção de uma nova realidade e uma nova concepção de mundo⁽³⁰⁾.

Assim, a aproximação do poder público com a sociedade civil organizada nas áreas de saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, entre outras, por meio da intersetorialidade, contribui para que se alcance resultados mais efetivos de melhoria na qualidade de vida das populações, promovendo, de forma mais ampla, a saúde das pessoas.

CONCLUSÕES

A experiência relatada evidencia as contribuições da agricultura urbana agroecológica para a promoção da saúde e para a segurança alimentar e nutricional da população. Além disto, demonstra um novo caminho para a participação cidadã, porque seus referenciais teóricos se pautam nos princípios da educação popular freiriana, nas metodologias de cunho participativo, autônomo e emancipatório e nos processos voltados ao desenvolvimento comunitário local sustentável.

Os resultados alcançados, conforme apresentado anteriormente, sinalizam para o fortalecimento da intersetorialidade e do empoderamento local; para o protagonismo individual e coletivo; para a criação de ambientes saudáveis, promoção da saúde e qualidade de vida da população, além da mobilização comunitária.

Apesar dos avanços na área, a agricultura urbana agroecológica no município de Embu das Artes ainda é uma experiência isolada e lida com alguns problemas em relação à mobilização das comunidades, captação de recursos e busca de parcerias mais efetivas entre o poder público e a sociedade civil organizada.

Neste sentido, acreditamos ser necessário o desenvolvimento de um número maior de pesquisas científicas e mais investimentos em políticas públicas nas áreas de agricultura urbana e agroecologia, de modo que experiências como a apresentada possam ir além das atividades pontuais, ganhando mais abrangência e respaldo governamental, contribuindo, assim, para a promoção da saúde e para a segurança alimentar e nutricional das populações.

REFERÊNCIAS

1. Aquino AM, Monteiro D. Agricultura Urbana. In: Aquino AM, Assis RL. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa; 2005.

2. Navolar TS, Rigon SA, Philippi JMS. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. *Rev Bras Promoç Saúde*. Fortaleza. 2010;23(1):69-79.
3. Azevedo E, Pelicioni MCF. Sistema agroalimentar, agroecologia e saúde socioambiental. Congresso Internacional de Saúde Ambiental. Coimbra: Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra; 2010.
4. Altieri M. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE; 1989.
5. Caporal FR, Costabeber JA, Paulus G. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: MDS/Embrapa; 2009.
6. Gliessman SR. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS; 2001.
7. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. Avanços e Desafios na Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada [acesso em 2011 Ago]. Brasília; 2009. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiuacoes-arquivos/avancos-e-desafios-na-implementacao-do-direito-humano-a-alimentacao-adequada>.
8. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Manual Técnico para Elaboração de Projetos de Agricultura Urbana e Periurbana [acesso em 2011 Ago]. Brasília; 2008. Disponível em: http://www.pr5.ufjf.br/anexos/Manual_do_Programa_Agricultura_Urbanana_e_Periurbana.pdf.
9. Organización Mundial de la Salud. Carta de Ottawa para la promoción de la salud. In: Organización Panamericana de la Salud; Promoción de la salud: una antología. Washington: OPAS; 1996. p.367-72. [Publicación Científica N.557].
10. Azevedo E, Pelicioni MCF. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. São Paulo. *Rev Saúde Soc*. 2011; 20(3):715-29.
11. Siqueira SL, Kruse MHL. Agrochemicals and human health: contributions of healthcare professionals. *Rev Esc Enferm USP*. 2008; 42(3):584-90.
12. Faria NMX, Facchini LA; Fassa AG, Tomasi E. Pesticides and respiratory symptoms among farmers. *Rev Saúde Pública*. 2005; 39(6):973-81.
13. Elbaz A, Clavel J, Rathouz PJ, Moisan F, Galanaud, JP, Delemotte B, et al. Professional exposure to pesticides and Parkinson's disease. *Ann Neurol*. 2009; 66(4):494-504.
14. Ascherio A, Chen H, Weisskopf MG, O'Reilly E, McCullough ML, Calle EE, et al. Pesticide exposure and risk for parkinson's disease. *Ann Neurol*. 2006; 60(2):197-203.
15. Beseler C, Stallones L, Hoppin JA, Alavanja MC, Blair A, Keefe M, et al. Depression and pesticide exposure in female spouses of licensed pesticide applicators in the agricultural health study cohort. *J Occup Environ Med*. 2006; 48(10):1005-13.
16. Azevedo E, Rigon SA. Sistema alimentar com base na sustentabilidade. In: Taddei JAAC, Longo-Silva G, Toloni MHA, Lang RM, editores. *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Editora Rubio; 2010.
17. World Health Organization -WHO. Health promotion glossary. Geneve: WHO; 1998.
18. Junqueira RCP. A intersetorialidade do ponto de vista da educação ambiental: um estudo de caso. *Rev Adm Pública*; 1998; 32(2):79-91.
19. Ministério da Saúde (BR). Promoção da Saúde: declaração de Alma-Ata; 1978, Carta de Ottawa, Declaração de Sundsvall. Brasília; 2001.
20. Westphal MF, Ziglio E. Políticas públicas e Investimentos: a intersetorialidade. In: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: CEPAM; 1999. p. 111-22.
21. Pimentel A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cad Pesq [periódico na Internet]*. 2001 [acesso em 2011 Nov];114:179-95. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>
22. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec; 2008.
23. Ammann SB. *Participação social*. São Paulo: Cortez e Moraes; 1978.
24. Bógus CM, Westphal MF. Participação social e cidadania em movimentos por cidades saudáveis. In: Fernandes JCA, Mendes R. *Promoção da saúde e gestão local*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: CEPEDOC; 2007. p. 61-83.
25. Freire P. *Extensão ou Comunicação?* São Paulo: Paz e Terra; 2006.
26. Freire P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005.

27. Figueiredo DA. História da Educação Popular: uma leitura crítica. In: Assumpção R, organizador. Educação popular na perspectiva Freiriana. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; 2009. p. 55-74.
28. Pelicioni MCF. Educação Ambiental como Processo Político. In: Philippi Jr A, Alves AC. Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueri: Manole; 2005. p. 133-159.
29. International Union for Health Promotion and Education - IUHPE. The 20th World Conference on Health Promotion Live [acesso em 2011 Ago]. Genebra; 2010. Disponível: <http://www.iuhpe.org>
30. Ribeiro SM, Watanabe HAW. Os reflexos da agricultura urbana agroecológica de Embu das Artes/SP na promoção da saúde da população. Ouro Preto: UFOP; 2011.

Endereço de correspondência:

Silvana Maria Ribeiro
Av. Presidente Altino, 390 - Casa 1
Bairro: Jaguaré
CEP: 05323-000 - São Paulo - SP - Brasil
E-mail: silmaribe@gmail.com